

## APRESENTAÇÃO

### Feminismos e produção do conhecimento em serviço social

Márcia Santana Tavares  
Teresa Kleba Lisboa

O Serviço Social, desde sua gênese, tem sido uma profissão composta predominantemente por mulheres, o que o caracteriza como um espaço gendrado. Com efeito, desde sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, a profissão traz uma marca de gênero, na medida em que o exercício profissional será associado a atributos e qualidades tidas como femininas, como o amor ao próximo, o devotamento e abnegação, mas também ao papel assumido pelas mulheres no âmbito privado, como responsáveis pelos cuidados e reprodução do grupo familiar e guardiãs da moral, o que contribuirá para erigir a “naturalização” do Serviço Social como uma carreira feminina.

Até os anos 1950, a sociedade brasileira atribuiu à mulher a vocação natural para o cuidado, o que certamente a direcionou para o exercício da profissão, pois estaria dando sequência ao papel para o qual foi designada socialmente (GRASSI, 1990), ao mesmo tempo em que, sem que se apercebesse, contribuía para inscrever a desqualificação e menor prestígio atribuído à profissão em razão dessa pretensa vocação natural (TAVARES, OLIVEIRA & LIMA, 2004). Deste modo, a intervenção profissional das assistentes sociais, espelhada na tradição judaico-cristã, assume um caráter missionário, perceptível na preocupação em compreenderem a origem dos “desajustamentos” identificados nos indivíduos, nas famílias e na própria sociedade (GÓIS, 2001).

A partir dos anos 1960, no Brasil e na América Latina, a emergência do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social sinalizou para a importância de renovação da profissão, materializada pelo rompimento com as teorias importadas e reivindicando uma maior aproximação à realidade do povo brasileiro. Todavia, ao abraçar a teoria marxiana, a profissão tornou-se refém de uma tendência homogeneizadora de

construção do pensamento social, na medida em que, ao priorizar o enfoque de classe, ignorou outros elementos constitutivos das relações sociais presentes no cotidiano das práticas, entre eles as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (LISBOA, 2010).

De acordo com Faury (2003), a partir dos anos 1970 a feminização da profissão se consolida, dada a expressiva participação de mulheres no mercado de trabalho, mas também nos programas sociais como beneficiárias, além do fortalecimento do movimento de mulheres e feministas no país. Nesse mesmo período, surgem os primeiros estudos sobre “a condição feminina”, seguida dos estudos sobre as mulheres, porém, diferentemente de outras áreas do conhecimento, o Serviço Social passa em paralelo por este tema, o que caracteriza um desencontro.

Assim, a aproximação do Serviço Social com os estudos de gênero se mostra tardia e incipiente, com as primeiras iniciativas acontecendo no início dos anos 1990, em congressos e encontros de pesquisadores da categoria, quando os trabalhos que versavam sobre os temas mulher/gênero/feminismo eram reunidos em um grupo intitulado “temas emergentes em Serviço Social”.

Com efeito, o Código de Ética Profissional das (os) Assistentes Sociais de 1993, ainda em vigor, reconhece a importância de incorporar a discussão sobre gênero no curso de Serviço Social e, traz como princípios norteadores da atuação profissional algumas das bandeiras de luta do movimento feminista: defesa da liberdade, autonomia e emancipação dos sujeitos; defesa intransigente dos direitos humanos; compromisso com a equidade e justiça social e, por conseguinte, com a eliminação do preconceito e respeito à diversidade, mas também contra toda e

qualquer forma de discriminação e preconceito em virtude da condição de classe social, gênero, etnia, religião, orientação sexual entre outros marcadores sociais (DELGADO; TAVARES, 2013).

De acordo com Lima (2014), a discussão de gênero assume relativa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996, que recomendam a incorporação da temática ao longo do processo de formação profissional. Todavia, não é o que vem acontecendo, tanto a temática de gênero como as de raça/etnia e diversidade sexual são consideradas secundárias e pouco relevantes, geralmente trabalhadas como disciplinas optativas, nos últimos períodos dos cursos, quando os alunos estão envolvidos com o estágio e o trabalho de conclusão de curso.

Com efeito, apesar da crescente incorporação da perspectiva de gênero nos campos de estágio, no cotidiano da prática profissional e na produção teórica da categoria, ainda encontramos muita relutância por parte de colegas assistentes sociais em relação às temáticas que envolvem os estudos feministas, que insistem em enquadrá-las de forma estereotipada.

Este dossiê, que intitulamos “Feminismos e produção do conhecimento em serviço social”, traz reflexões sobre os avanços e os desafios políticos enfrentados para o reconhecimento e a adoção de uma intervenção com perspectiva feminista no contínuo movimento de renovação do Serviço Social. Nele, reunimos artigos e relatos de pesquisa que adotam o enfoque de gênero e exploram sua intersecção com outras categorias explicativas da vida social, com o intuito de refletir sobre a realidade e desafios postos ao Serviço Social.

Esperamos que os artigos reunidos no Dossiê ofereçam às/ aos leitoras/es um panorama da importância da perspectiva de gênero e dos feminismos para a produção do conhecimento em Serviço Social, ao demonstrarem que a compreensão da dinâmica das relações sociais em que o Serviço Social atua requer reflexões sobre diferentes desigualdades e assimetrias decorrentes da condição de gênero que, entrelaçadas a temas transversais como aborto, transtorno mental, trabalho, sociabilidade capitalista, patriarcado, cuidado

e assistência social, evidenciam a convergência entre o feminismo e o Serviço Social, ambos comprometidos com a luta por sociedade justa e igualitária, livre de todas as formas de opressão e preconceito.

### Referências:

DELGADO, Josimara Aparecida. TAVARES, Márcia Santana. Digressões para decifrar e transversalizar o gênero na formação em serviço social. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/MA: EDUFMA, 2013. 1 CD-ROM.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero no Serviço Social. In: Pro-Posições - vol. 14, n.1 (40) - jan./abr.2003, p. 107-119.

GÓIS, João Bosco Hora. Reprodução da hierarquia entre os gêneros e a preocupação com as condições de vida das mulheres – a condição feminina no discurso do Serviço Social. In: Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. – v. 1, nº 2. Niterói: EdUFF, 2001, p. 123-142.

GRASSI, Estela. Profissões femininas: la reproducción de la desigualdad. In: Serviço Social e Sociedade, n. 32, ano X, mai/ago 1990, São Paulo: Cortez, p. 96-114.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. Serviço Social e Sociedade. 2014, n.117, p. 45-68.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan. 2010

TAVARES, Márcia Santana; OLIVEIRA, Cláudia; LIMA, Clístenes. Revelando a imagem do Serviço Social. In: Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Porto Alegre: ABEPSS/PUCR, 2004. [CD-ROM].